

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.696 - MS (2019/0296581-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECORRENTE : E A (MENOR)
REPR. POR : M R D L
ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DA ROSA - MS010163
RAFAEL DE ALENCAR TOLEDO - MS017583
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. AÇÃO DE ADOÇÃO C.C GUARDA E DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECONHECIMENTO, NA ORIGEM, COM BASE NOS RELATÓRIOS SOCIAL E PSICOLÓGICO, QUE A DEMANDANTE, IMBUÍDA DE MÁ-FÉ E COM O PROPÓSITO DE ATENDER UNICAMENTE A SEUS INTERESSES, VALEU-SE DE UMA SITUAÇÃO PONTUAL DE DIFICULDADE DA GENITORA PARA OBTER A GUARDA DE FATO DA CRIANÇA, CEDIDA EM CARÁTER PRECÁRIO, NEGANDO-SE A RESTITUI-LA À MÃE, A FIM DE VIABILIZAR A ADOÇÃO IRREGULAR, POR MEIO DA CRIAÇÃO ARTIFICIAL DO VÍNCULO DE AFETIVIDADE COM O INFANTE DE TENRA IDADE. DETERMINAÇÃO DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO DA CRIANÇA, PARA O ESPECÍFICO PROPÓSITO DE VIABILIZAR A REAPROXIMAÇÃO GRADATIVA DA GENITORA COM O FILHO. INEXISTÊNCIA DE ILICITUDE, CONSIDERADA AS PARTICULARIDADES DO CASO. LIMINAR INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por E. A., representado por M. R. D. L., na alegada qualidade de guardião, em contrariedade ao acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul que denegou a ordem impetrada em *habeas corpus* preventivo por Rafael de Alencar Toledo em seu favor, no bojo de ação de adoção c/c pedido de destituição do poder familiar (julgada improcedente em primeira instância), nos termos da seguinte ementa:

HABEAS CORPUS - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - MEDIDA QUE VISA O RETORNO DO MENOR AO SEIO DE SUA FAMÍLIA NATURAL - MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA - ORDEM DENEGADA.

I – *In casu*, constata-se que a medida de acolhimento institucional busca tão somente propiciar o seu retorno gradual ao seio de sua família natural, possibilitando gradualmente sua reaproximação com sua genitora, visando assim o melhor interesse da criança implícito

Superior Tribunal de Justiça

no texto Constitucional.

II – Com o parecer, denega-se a ordem.

Nas razões recursais, a parte recorrente, por meio da impetração de *habeas corpus* na origem, pretende a atribuição de efeito suspensivo à sentença de improcedência, proferida nos autos da Ação de Adoção c/c Tutela de Guarda Provisória e Destituição de Poder Familiar n. 0813271-69.2019.8.12.000, especificamente no que se refere ao imediato encaminhamento do menor para abrigo existente na Comarca de Rio Brilhante/MS, em que reside a genitora, a fim de que seja realizada a aproximação gradativa da criança com a mãe.

Argumenta, para tanto, que (e-STJ, fls. 187-188):

- a) Foi atribuída pela R. Juíza *a quo* interpretação distorcida às provas dos autos, tendo sido o feito submetido a julgamento antecipado, demonstrando análise superficial.
- b) A Requerida (genitora), por sua vez, não produziu uma única prova capaz de impedir, desconstituir ou modificar o direito da Autora nos autos originários.
- c) O Laudo Psicológico realizado judicialmente foi baseado num único encontro com o Paciente e a guardiã, num fim de tarde e por meio de uma mera conversa rápida. A r. Juíza sequer considerou o relatório (contra laudo) apresentado pela guardiã nos autos em sua impugnação, realizado por meio de profissional renomado na Comarca, em 6 (seis) encontros e com toda a estrutura e técnica necessária para tanto. (Docs. anexos)
- d) O Menor (Eduardo) após ter sido entregue por sua genitora (Sunilda) à Márcia (guardiã) para fins de adoção, realiza tratamento para anemia diante da insuficiência vitamínica a que era submetido. (Docs. anexos) e) A própria parte Requerida em sua Contestação (Fls. 137) pugna para que a guarda provisória permaneça com Márcia (guardiã). O MP pugnou pela reaproximação gradativa. Em momento algum há orientação técnica/pericial no sentido de necessidade de encaminhamento do menor para um abrigo, não havendo qualquer urgência nesse sentido, podendo tal medida aguardar o Julgamento do Recurso de Apelação interposto. (docs. anexos)
- f) Por fim, houve ainda "Error in Procedendo" pois o Mandado de Busca e Apreensão não possui nos Autos Decisão Judicial Fundamentada, já que foi expedido no dia 18/07/2019, tendo notícias de sua tentativa de cumprimento em 22/07/2019, tendo a portaria do prédio em que residia comunicado a tentativa de busca e apreensão do menor por Oficiais de Justiça, aliados ao fato de que a Sentença Improcedente só foi proferida posteriormente em 23/08/2019.

Requer, liminarmente, o deferimento da tutela recursal para a concessão "de suspensão dos efeitos do trecho da Sentença/Acórdão que determinou o imediato

Superior Tribunal de Justiça

abrigo do Paciente, ou seja, até que haja o julgamento do Recurso de Apelação pelo TJMS" (e-STJ, fl. 194).

No mérito, pugna pelo provimento do presente recurso ordinário, "para concessão da ordem impetrada a fim de suspender os efeitos da r. Sentença de 1º Grau, alterando-se, desta forma, o disposto no Acórdão da Colenda 1ª Câmara Criminal do TJMS em relação ao imediato abrigo do Paciente, confirmando a medida liminar eventualmente deferida, em definitivo ou até que seja julgado o Recurso de Apelação interposto, quando então se terá ciência do posicionamento de mérito do Egrégio Tribunal a respeito" (e-STJ, fl. 194).

Brevemente relatado, decido.

O pedido liminar deve ser indeferido.

Não se antevê, no presente juízo de cognição sumária, manifesta ilegalidade ou teratologia da parte da sentença que, ao julgar improcedente a ação de adoção c/c tutela de guarda provisória e destituição de poder familiar promovida por M. R D. L. contra S. A. M (genitora de A. E.), determinou, com base nas particularidades caso, o imediato encaminhamento do menor para abrigo existente na Comarca de Rio Brilhante/MS, em que reside a genitora, a fim de que fosse realizada a aproximação gradativa da criança com a mãe.

Para a correta compreensão das peculiaridades do caso, relevante explicitar os fundamentos postos na subjacente ação intentada pela parte ora recorrente, integralmente infirmados pela genitora, assim como os fatos que foram, ao final, apurados em primeira instância.

Na origem, M. R D. L. promoveu ação de adoção do menor A. E. c/c tutela de guarda provisória e destituição de poder familiar contra S. A. M (genitora de A. E.), sob a alegação, em suma, de que a requerida, que trabalhava na residência de Aide Michele Mendonça Nunes como cuidadora da idosa Florency Mendonça, havia, em julho de 2018, manifestado àquela a intenção de entregar à adoção seu filho A. E. (nascido em 9.9.2016), alegando falta de condições financeiras e de paciência.

Segundo afirmado na exordial, M. R D. L., conhecida de Aide Michele

Superior Tribunal de Justiça

Mendonça Nunes, compadeceu-se da situação e dispôs-se, junto com o seu então namorado, a conhecer a requerida e a criança. Aduziu que, em 30.7.2018, a criança lhe foi entregue, com a intenção de adoção, passando a cuidar, a partir de então, como se seu filho fosse. Anotou que, em janeiro de 2019, a genitora passou a apresentar atitudes dissimuladas, implorando por visitas, mas sem se dirigir ao seu endereço. Noticiou que, no momento em que a requerida foi assinar uma declaração de guarda por escritura pública, esta manifestou arrependimento registrando, contra a sua pessoa e a de Aide Michele, boletim de ocorrência, em curso no art. 238 do ECA. A requerente negou o fato que lhe foi imputado pela requerida, com o exclusivo propósito de reaver a guarda da criança a qual havia renunciado por 9 (nove) meses.

Tais fatos foram integralmente rechaçados pela genitora, em sua peça contestatória (e-STJ, fls. 42-57). Pontuou que, no período em que trabalhou como cuidadora de Floracy Mendonça, mãe de Aide Michele, passou a sofrer uma série de abusos psicológicos por parte desta, que, continuamente, lhe dizia não possuir paciência, nem condições financeiras para cuidar de seu filho e que conhecia pessoa que seria perfeita para cuidar dele. Noticiou que Aide Michele e Floracy convenceram-na a permitir que seu filho passasse um sábado com Márcia e o namorado, enquanto ela trabalhava, porém, a criança só lhe foi entregue depois do combinado; e que, dias depois, devido a problemas familiares (seu pai sofreu um acidente, com risco de perder a visão, e seu filho mais velho foi atacado por um cachorro), Floracy lhe sugeriu que retornasse a Rio Brilhante para dar apoio à família e deixasse seu filho com Márcia, dando-lhe folga no período de 21.07 a 17.08.2019.

A genitora afirmou que, antes da viagem, encontrou-se com Marcos e M.R.D.L., ocasião em que aquele conduziu a conversa, tendo sido induzida a acreditar que ela não teria condições de zelar pelo filho, enquanto ele e a requerente poderiam garantir à criança "tudo de bom e do melhor", ficando acertado que não impediriam o contato dela com o filho. Assentou ter concordado que o filho ficasse com o casal enquanto ela permanecesse em Rio Brilhante/MS. Salientou que Aide Michele, posteriormente, enviou-lhe uma mensagem demitindo de seu emprego de cuidadora, com o propósito de ilidir a possibilidade dela retomar o contato com o filho. Asseverou que, desde então, solicita à requerente que lhe devolva seu filho.

Superior Tribunal de Justiça

Salientou sofrer ameaças da requerente, por meio de vídeo gravado dentro do carro e de sua situação familiar; que possuía muito receio de represália ou de perseguição penal, por ser pessoa humilde e de pouca instrução, e também de ver o filho acolhido institucionalmente, razões pelas quais não procurou as instituições públicas anteriormente. Ressaltou que, durante a gravação colacionada, manifestou que não desejava entregar seu filho para adoção, mas tão somente conceder a guarda à autora, por estar passando por momentos de dificuldades financeiras, e verbalizou por diversas vezes a intenção de manter contato com ele e reassumir seus cuidados tão logo tenha sua condição financeira restabelecida. Concluiu, assim, ser clara a intenção da requerente de proceder à "adoção à brasileira", em manifesta burla ao cadastro nacional de adotantes.

Em primeira instância, reconheceu-se, com base na documentação acostada aos autos pelas partes e, principalmente, nos relatórios social e psicológico, a veracidade da versão dos fatos dada pela genitora.

Concluiu-se, em suma, que a demandante, imbuída de má-fé e com o propósito de atender unicamente a seus interesses, valeu-se de uma situação pontual de dificuldade da genitora para obter a guarda de fato da criança, cedida em caráter precário, negando-se a restituí-la à mãe, a fim de viabilizar a adoção irregular, por meio da criação artificial do vínculo de afetividade com o infante de tenra idade.

Pela relevância, reproduzem-se os fundamentos adotados na sentença de improcedência:

Desde o primeiro contato a requerente e a requerida agiram com propósitos totalmente divergentes, sendo que Sunilda buscava auxílio na fase difícil pela qual passava, vendo na autora uma oportunidade de garantir que o filho não sofresse privações e tivesse acesso ao mínimo necessário até que ela se reorganizasse, enquanto Márcia, aproveitando-se da premente necessidade da requerida, criou um cenário de acordo com seu interesse, produzindo provas com o propósito de conferir ares de veracidade aos fatos induzidos e manipulados por ela, as quais utilizou para ameaçar e coagir a requerida, a qual, acreditando que poderia ser punida, inclusive penalmente, por ter permitido a aproximação entre a criança e a requerida com o antigo namorado, viu-se impedida de buscar auxílio e orientação para reaver a guarda do filho. Outrossim, a autora traz na inicial a informação sobre registros criminais de familiares de Sunilda (fls. 72- .c 94), os quais também utilizava para desencorajar a o requerida a buscar meios de recuperar o filho.

Apesar de a genitora ter entregado o filho aos cuidados de Márcia para que com ela permanecesse somente por um período, esta,

Superior Tribunal de Justiça

agindo com traços de perversidade, recebeu a criança com o intuito de não mais restituí-la à mãe e, dessa forma, atendeu somente os seus interesses, gerando prejuízos não só a Sunilda, mas sobretudo a Eduardo.

É o que apontam os laudos psicológico e social do caso:

"A criança recebe adequação de cuidados requerente, todavia a separação mãe e filho ocorreu abrupta, no intuito de impedir os contatos da Sra. junto da de forma Sunilda com o infante, o que foi imposto pela requerente, sem considerar os vínculos afetivos previamente estabelecidos. Há indícios de que esta situação gerou traumas psicológicos ao infante, sem que tenha sido observado motivos para que visitas e contatos da criança com mãe biológica fossem interrompidos, tampouco verificou-se motivos que dessem causa à Destituição do Poder Familiar (...)".

Por todo o exposto, considera-se recomendável a gradativa reaproximação entre Eduardo e a Sra. Sunilda, e da criança com a família de origem, no intuito que o infante recupere a confiança nas relações presentes e futuras".

"(...) Diante do exposto, do ponto de vista do serviço social, não foi demonstrado situação de risco ou motivo suficiente que justifique uma destituição do poder familiar, uma vez que a genitora apresentou um problema momentâneo meramente material, inclusive aceitou condições precárias de trabalho por falta de oportunidade.

Portanto, não há impedimentos para que Eduardo mantenha convívio com sua mãe biológica, seu irmão Maycon de 7 anos que reclama sua falta e demais membros da família de origem, pois seu afastamento foi premeditado pela requerente, ocorreu uma privação arbitrária da identidade da criança, dos seus costumes, da sua própria história e dos vínculos maternos estabelecidos, pois a autora sempre teve a intenção de adotá-lo. Sugere-se gradativa reaproximação entre Eduardo e sua mãe Sra. Sunilda, e toda sua família de origem".

Além do prejuízo sofrido pela criança, em razão da retirada abrupta da convivência materna pela requerente, as duas peritas deste juízo concluíram que a requerida não incorreu em nenhuma hipótese de perda do poder familiar.

[...]

Dos artigos acima citados, extrai-se a percepção de que a perda do poder familiar está relacionada a atos praticados intencionalmente pelos pais, por negligência ou omissão, o que não se observa na conduta da requerida, conforme pontuado nos laudos técnicos, notadamente porque não ocorreu o abandono da criança pela mãe, inclusive esta desesperou-se quando perdeu o contato com o filho, conforme se observa nas mensagens encaminhadas por ela à requerente nos dias 08.01.2019, na qual implora para ver Eduardo, e 21.01.2019, quando mais uma vez insiste (fls. 46 e 48).

Diante das considerações acima e da conclusão dos relatórios social e psicológico, sobretudo em face da constatação de que a autora

esforçou-se em afastar mãe e filho, infere-se que, na companhia da autora, não será possível a aproximação de Eduardo com a genitora e os familiares maternos, dado ao egocentrismo e baixa empatia da requerente com as necessidades da criança.

Diante da conduta da requerente, tem-se que se construiu entre a criança e a autora o apego inseguro, caracterizado pela desatenção desta em relação as necessidades daquela, de modo que o afastamento entre eles não ensejará prejuízos psicológicos a Eduardo, que conta dois anos e dez meses, dos quais esteve na companhia da autora somente nos últimos dez meses, período em que Márcia priorizou seus interesses em detrimento dos de Eduardo. Ao longo desses dez meses, a genitora teve contato inicial com o filho de modo que não são estranhos um do outro. Pelo contrário, o retorno da convivência suscitará as memórias da criança em relação à sua genitora e os vínculos afetivos serão fortalecidos. Ademais, o amor dos outros membros da família haverá de auxiliar na readaptação da criança à família natural.

Será indispensável trabalhar com a criança o "apego seguro" - podem ser aplicadas medidas protetivas para esse fim, mas esse trabalho deve ser feito com a genitora, maliciosamente afastada do filho, e não com a adotante, que pelo modo como procedeu demonstrou não considerar a criança um sujeito de direito, mas mero objeto para atendimento de seus desejos e expectativas. O comportamento reprovável da autora revela que ela não reúne condições morais para adotar, tanto que esquivou-se de procurar as vias legais para tanto e cercou-se de estratégias para obter o seu intento.

Arvorou-se a autora nas atribuições do Estado, afastou a criança da mãe e tomou-a para si, sem estar previamente habilitada para adotar conforme preconiza a Constituição Federal e a Convenção sobre os Direitos da Criança (art. 9, item 1 e art.21, item a,) respectivamente: [...]

Note-se que mesmo na hipótese de a adotante que detém a tutela ou guarda legal de criança e que o lapso temporal de convivência tenha fixado os laços de afinidade e afetividade, o pedido não pode prosperar se constatada a ocorrência de má-fé, como acontece nos autos.

Assim, para que a situação iníqua em que se encontra a criança se perpetue pela consolidação de laços de afetividade, impõe-se a ação enérgica do prejuízo da aplicação de medidas de proteção no Estado-Juiz, no sentido de reunir mãe e filho, sem domicílio da família, a fim de minorar os danos que a criança poderá sofrer.

Diversamente do alega a parte ora recorrente, os relatórios social e psicológico, de modo peremptório, recomendaram a reaproximação gradativa entre a mãe e a criança, mostrando-se necessário, para esse propósito, o imediato afastamento do infante dos cuidados da demandante, "dado ao egocentrismo e baixa empatia da requerente com as necessidades da criança".

Diante desse quadro e para viabilizar a reaproximação gradativa entre a

Superior Tribunal de Justiça

genitora e seu filho, determinou-se o imediato encaminhamento do menor para abrigo existente na Comarca de Rio Brilhante/MS, em que reside a genitora, o que, segundo reconhecido, atende aos superiores interesses da criança, observados todos os cuidados necessários, o que, em si, não encerra nenhuma ilicitude.

O Tribunal de origem, ao denegar a ordem impetrada, foi claro em referendar a medida, ao dispor que:

Analisando-se os autos de origem, verifica-se que o Juízo singular entendeu que na companhia da requerente/adotante M. R. D. L., não será possível a reaproximação do menor E.A com sua genitora S. A. M.

Nas informações prestadas, destacou que para se efetivar a entrega do menor Eduardo à mãe Sunilda Alhende Martines, considerando o fato de que ela reside em outra comarca, Rio Brilhante/MS, e é economicamente vulnerável, determinou a busca e apreensão e acolhimento institucional, a fim de que a coordenação da instituição de acolhimento promova o traslado de Eduardo, com toda proteção necessária e adequada.

Nesse sentido, verifica-se que a medida de acolhimento institucional tem por fim, unicamente, garantir imediatamente os direitos fundamentais do menor Eduardo de viver no seio de sua família natural, possibilitando, gradualmente, sua reaproximação com sua genitora Sunilda Alhende Martines.

Por oportuno, deve ser destacado que ao julgar improcedente o pedido de Adoção c/c Tutela de Guarda Provisória e Destituição de Poder Familiar, no bojo dos autos nº 0813271-69.2019.8.12.0001, a Juíza pontuou que não houve motivos para perda do poder familiar e restou comprovado indícios da prática de pretensão de adoção irregular.

[...]

Em assim sendo, mostra-se cabível a manutenção da decisão de acolhimento institucional, especialmente para se efetivar as medidas protetivas determinadas pela diligente Juíza de origem.

Veja-se que, em situações excepcionais, tal como se dá na hipótese dos autos, a jurisprudência desta Corte de Justiça, em observância aos princípios do melhor interesse e da proteção integral da criança, opta pelo acolhimento institucional de criança em hipóteses de indícios ou prática de "adoção à brasileira" em detrimento da sua colocação na família que a acolhe.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes julgados:

HABEAS CORPUS. AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR E DE AFASTAMENTO DOS PAIS REGISTRAIS. SUSPEITA DE OCORRÊNCIA DA CHAMADA "ADOÇÃO À BRASILEIRA". HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO DE

RELATOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 691 DO STF. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE ABRIGAMENTO DE CRIANÇA. INEXISTÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO DE SUFICIENTE RELAÇÃO AFETIVA ENTRE PRETENSA GUARDIÃ E A INFANTE. DESABRIGAMENTO DO MENOR E COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA PREVIAMENTE INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE NOVO ROMPIMENTO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR. NÃO OCORRÊNCIA DE DECISÃO FLAGRANTEMENTE ILEGAL OU TERATOLÓGICA. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A teor da Súmula nº 691 do STF, não se conhece de habeas corpus impetrado contra decisão liminar de relator proferida em outro writ, exceto na hipótese de decisão teratológica ou manifestamente ilegal, o que não se verificou no caso.

2. A jurisprudência desta eg. Corte Superior tem decidido que não é do melhor interesse da criança o acolhimento temporário em abrigo, quando não há evidente risco à sua integridade física e psíquica, com a preservação dos laços afetivos eventualmente configurados entre a família substituta e o adotado ilegalmente. Precedentes.

3. Todavia, em hipóteses excepcionais, nas quais não se chegou a formar laços afetivos suficientes entre o infante e a família que o registrou e adotou ilegalmente, em razão do pouquíssimo tempo de convivência entre eles (dois meses), bem como diante do desabrigo e do acolhimento da criança por nova família que seguiu os trâmites legais da adoção, aguardou a vez no cadastro nacional de adoção e vem cuidando do bem estar físico e psicológico da criança e proporcionando um desenvolvimento sadio, não é recomendável nova ruptura da convivência familiar do paciente. Observância dos princípios do melhor interesse e da proteção integral da criança.

4. Também em situações excepcionais, a jurisprudência desta eg. Corte Superior, em observância aos princípios do melhor interesse e da proteção integral da criança, opta pelo acolhimento institucional de criança em hipóteses de indícios ou prática de "adoção a brasileira" em detrimento da sua colocação na família que a acolhe. Precedentes.

5. Ordem denegada.

(HC 454.161/TO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 23/08/2018)

HABEAS CORPUS - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR E MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - ENTREGA IRREGULAR DO INFANTE PELA MÃE BIOLÓGICA A TERCEIROS - O ABRIGAMENTO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, NO CASO - ORDEM DENEGADA. Hipótese: Habeas Corpus tirado contra deliberação monocrática exarada por Desembargador relator de agravo de instrumento que indeferiu a concessão de efeito suspensivo ao recurso esse, de sua vez, interposto contra decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude do Foro de Guarulhos que, nos autos da ação de destituição do poder familiar fundada no efetivo abandono e

indícios de adoção à brasileira, cumulada com aplicação de medidas de proteção, promovida pelo Ministério Público Estadual, concedeu a antecipação de tutela para determinar o acolhimento (medida de proteção prevista no art. 101, VII, do ECA), em favor da criança, com a consequente ordem de busca e apreensão e proibiu visitas pela genitora, ora impetrantes e seus familiares sem autorização judicial.

1. A decisão monocrática do relator do agravo de instrumento é desafiável por recurso próprio, porém, optaram os requerentes por protocolar o presente habeas corpus, subvertendo a ordem recursal própria incidente à espécie, o que se afigura inadmissível, principalmente por não se revelar a ocorrência de flagrante abuso ou constrangimento ilegal, únicas circunstâncias que autorizariam, face o sopesamento com o princípio do melhor interesse da criança que constitui o fundamento de todo o sistema de proteção do menor, a alteração do adequado procedimento judicial recursal.

2. Na origem fora determinado o acolhimento institucional face a suspensão do poder familiar em razão da inadequação na entrega espontânea do infante, pela mãe biológica residente na Bahia, ao casal impetrante domiciliado em São Paulo, que não possui qualquer vínculo de parentesco com a criança, tampouco é inscrito no cadastro de pretendentes à adoção.

3. Em princípio, não se afigura teratológica a deliberação do magistrado a quo e do Desembargador relator do agravo de instrumento que, frente às circunstâncias fáticas do caso entenderam prudente o acolhimento institucional do menor, ante a existência de fortes indícios acerca da irregularidade na conduta da genitora e dos impetrantes, ao afrontarem a legislação regulamentadora da matéria sobre a proteção de crianças e adolescentes, bem assim às políticas públicas implementadas, com amparo do Conselho Nacional de Justiça, que visam coibir práticas como a da adoção à brasileira.

3. Na hipótese ora em foco, momentaneamente, a defesa do melhor interesse da criança se consubstancia no acolhimento provisório institucional, tanto em razão do pequeno lapso de tempo de convívio com os impetrantes, de modo a evitar o estreitamento desses laços afetivos, quanto para resguardar a adequada aplicação da lei e a observância aos procedimentos por ela instituídos, já que, segundo se depreende dos elementos colhidos na análise desta controvérsia, para fins de adoção, os impetrantes não estão aptos visto sequer estarem inscritos no cadastro nacional de pretensos adotantes.

4. Assim, dada a pouca idade do infante e em razão de que os elos de convivência não perduram por período tão significativa a ponto de formar, para o menor, vínculo indissolúvel, prudente e razoável a manutenção do abrigamento.

5. Ordem denegada e, por consequência, revogada a liminar anteriormente concedida.

(HC 439.885/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)

Saliente-se, ainda, que as argumentações expendidas pela parte insurgente,

Superior Tribunal de Justiça

destinadas a desqualificar a avaliação do julgador primevo quanto às provas acostadas aos autos, especificamente no que se refere à conclusão dos relatórios social e psicológico, e a defender a necessidade de maior dilação instrutória, são matérias que, por depender de reexame de matéria fático-probatória, desbordam dos estreitos limites cognitivos do *habeas corpus*.

Por fim, diversamente do que quer fazer crer a recorrente, a genitora, em sua contestação, apenas requereu fosse dada a guarda do menor à recorrente, subsidiariamente, caso algum pedido fosse julgado procedente, desde que lhe fosse garantido o direito de convivência com o seu filho, o que apenas reforça, no contexto da matéria de defesa expendida, o desejo manifestado de ter, para si, novamente, seu filho.

Desse modo, em cognição sumária, não se antevê, nos termos dos precedentes indicados, ofensa direta e imediata à liberdade de locomoção do paciente, a comportar a impetração de *habeas corpus*, tal como reconhecido na origem.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator